



A AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Maria de Fátima Silva e Souza

Faculdades Cearenses
mariadefatima.ss@hotmail.com

Ofélia de Freitas Pessoa

Faculdades Cearenses
ofelita_ofi@hotmail.com

Ana Paula de Medeiros Ribeiro

Universidade Federal do Ceará
apaulaufc@hotmail.com

Introdução

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96) reservou uma seção especial à modalidade de educação destinada aos jovens e adultos que “não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria” (BRASIL, Art. 37).

Tal oportunidade é assegurada gratuitamente e, segundo a lei, deve “considerar as características do aluno, seus interesses, condições de vida e de trabalho [...]” (BRASIL, Art. 37, parágrafo 1º). Dessa forma, as metodologias de ensino e avaliação devem estar de acordo com as recomendações legais supracitadas.

Em se tratando da avaliação, isso quer dizer que os instrumentos avaliativos aplicados aos alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA) devem contemplar, sobretudo, as suas especificidades. A teoria da avaliação recomenda todo um cuidadoso trabalho na elaboração de instrumentos. Isso para garantir os aspectos da validade e fidedignidade dos testes.

Entretanto, devido a uma visível e real deficiência nos cursos de formação de professores em geral, a disci-



plina da avaliação ainda não está totalmente incorporada ao currículo acadêmico, acarretando graves conseqüências na maneira de elaborar e aplicar os diversos instrumentos de avaliação em sala de aula.

Uma dessas conseqüências é o não conhecimento das recomendações técnicas para a elaboração de provas. A prova é, por excelência, o instrumento mais comumente utilizado no meio escolar para acompanhar, testar e provar o conhecimento dos alunos. Por ser tão importante, a prova necessita ser bem elaborada para minimizar os efeitos das inúmeras variáveis que envolvem o ato de avaliar.

Dessa forma, este estudo pretende analisar as provas aplicadas aos alunos da EJA de um Centro de Educação de Jovens e Adultos em Fortaleza. A intenção é responder à seguinte pergunta: Os instrumentos de avaliação da aprendizagem aplicados aos alunos da EJA levam em consideração as especificações teóricas de elaboração de instrumentos?

Optou-se por este universo por acreditar que a diversidade das histórias de vida e dos diferentes saberes inerentes ao público da EJA trazem-no uma especificidade particular que não deveria ser negligenciada pela escola. O espaço escolar, nessa modalidade de ensino, deve ser de inclusão e não de exclusão, o que pressupõe que assim também sejam as formas de avaliar. Daí decorre o necessário cuidado no planejamento e elaboração dos instrumentos de avaliação para estes alunos.

Metodologia

O presente estudo trata-se de uma pesquisa em andamento. O tipo de estudo caracteriza-se como descritivo, uma vez que pretende estudar as características dos itens das provas aplicadas aos alunos do ensino funda-



mental de um Centro de Educação de Jovens e Adultos de Fortaleza.

Para tanto, na primeira fase de realização, foram coletadas 10 provas de três professores da disciplina de Ciências. Os referidos instrumentos de avaliação foram fornecidos espontaneamente pelos professores após um contato para esclarecer o objetivo da pesquisa.

Para a análise, os itens foram classificados em categorias segundo a taxonomia de Bloom (*apud* ANDERSON; KRATHWOHL, 2001). Após esta fase, foi realizado um estudo comparativo entre os itens das provas coletadas e o que recomenda a teoria da avaliação para a elaboração de itens.

A intenção é estender o estudo às demais disciplinas do currículo do ensino fundamental da EJA, a fim de se obter um panorama bem mais consistente sobre a elaboração de instrumentos de avaliação especificamente nesta modalidade de educação.

Análise e Discussão dos Resultados

O primeiro cuidado a ser tomado durante a fase de elaboração de instrumentos é definir o que avaliar. Para isso, é fundamental considerar os objetivos da unidade de estudo, bem como as competências e habilidades a serem desenvolvidas pelos alunos.

Ao categorizar os itens das provas, segundo a taxonomia de Bloom, foram encontrados os resultados constantes na Tabela 1.

Segundo Bloom, os níveis do domínio cognitivo são categorizados da seguinte forma: (a) conhecimento, (b) compreensão, (c) aplicação, (d) análise, (e) síntese e (f) avaliação. Estes estão categorizados em forma de pirâmide.



mide, na qual se representam da base para o topo na ordem acima descrita.

As habilidades referentes ao primeiro nível, denominado de conhecimento, envolvem apenas a memorização. À medida que os níveis avançam verticalmente no desenho da pirâmide, as habilidades vão ficando mais complexas. Os níveis, por sua vez, são agrupados em outros, o que pode ser observado no Quadro 1.

A etapa de identificação dos itens no primeiro nível da taxionomia de Bloom foi auxiliada pela definição dos verbos de ação utilizados nos enunciados dos itens. Segundo a teoria da avaliação, cada verbo utilizado deve expressar um objetivo a ser atingido, assim se o item solicita que o aluno resuma um determinado tópico, é esperado que o enunciado traga o verbo “sintetize” em seu comando. Este verbo vai expressar exatamente o objetivo que o item deve cumprir.

Os verbos mais comuns encontrados nos comandos dos itens analisados foram: definir, listar, escrever, reconhecer, sublinhar e selecionar, todos estes pertencentes ao nível mais elementar da taxionomia, ou seja, ao nível que requer apenas a habilidade de memorização.

Segundo Vianna (1982), “[...] um teste de escolaridade que meça apenas algumas áreas de conteúdo e/ou poucos comportamentos relevantes pode apresentar resultados consistentes, mas não será válido, por falta de representatividade da amostra”. Dessa forma, pôde-se observar que as provas analisadas não contemplavam a característica da validade.

Considerações Finais

O estudo revelou que as provas aplicadas aos alunos da EJA contêm, em sua maioria, itens que contem-



plam apenas a habilidade de memorização. Considerando as especificidades desse alunado, pode-se ressaltar que uma grande lacuna foi detectada: a valorização da experiência extra-escolar (BRASIL, Art. 3º, X) não é considerada em quase toda a totalidade dos instrumentos avaliativos analisados.

Isso é facilmente identificado, uma vez que não se encontraram no universo de itens estudados, aqueles que expressassem verbos de ação relacionados aos níveis mais complexos do domínio cognitivo.

A valorização extra-escolar, que subjaz as características do ensino interdisciplinar e contextualizado, é duramente negligenciada ao não ser contemplada, tampouco explorada, no momento da elaboração dos itens das provas. Ao dizer que “A leitura de mundo precede a leitura da palavra [...]”, Freire (2003) mostra o quão importante é considerar os saberes construídos fora do contexto escolar, sobretudo, naqueles cujo principal espaço “escolar” foi o mundo e as relações estabelecidas a partir dele.

Desta forma, causa uma grande inquietação o porquê da grande maioria dos itens de provas aplicadas aos alunos da EJA solicitarem apenas a habilidade de memorização, muitas vezes de palavras soltas e conteúdos descontextualizados. O mais inquietante é saber que os instrumentos avaliativos são reflexos da própria metodologia de ensino do professor, o que leva a crer que se os instrumentos de avaliar a aprendizagem são pontuais e mecânicos, assim também devem ser os processos de ensino-aprendizagem desenvolvidos no espaço da educação de jovens e adultos.

O estudo pretende, portanto, continuar a mesma investigação em outras disciplinas para se obterem conclusões mais consistentes acerca da questão de pesquisa,



bem como instigar reflexões sobre o necessário desenvolvimento de mecanismos que envolvam uma mudança urgente nas formas de elaboração de instrumentos avaliativos para a educação de jovens e adultos.

Bibliografia

ANDERSON, L W, & KRATHWOHL D R. **A Taxonomy for Learning, Teaching, and Assessing: A Revision of Bloom's Taxonomy of Educational Objectives**. New York: Longman, 2001.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)**. N 9.394/96. Brasília, 1996.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**. São Paulo: Moderna, 2003.

VIANNA, H. M. **Testes em educação**. São Paulo: IBRASA, 1982.

ANEXOS

Tabela 1 – Domínio cognitivo predominante nos itens das provas analisadas

Tipo de questão	Número de questões	Domínio Cognitivo Predominante
Múltipla escolha	31	Conhecimento
Aberta	16	Conhecimento
Emparelhamento	08	Conhecimento
Falso ou Verdadeiro	10	Conhecimento
Complementação	03	Conhecimento
Total de questões	68	



Quadro 1 – Níveis do Domínio Cognitivo

Nível	CATEGORIA
Nível Inferior	1. Conhecimento (Recordar fatos, termos e princípios na forma em que foram aprendidos) a) Conhecimento de especificidades - conhecimento de terminologia - conhecimentos de fatos específicos b) Conhecimento de maneiras e modos de lidar com especificidades. - conhecimento de convenções - conhecimento de tendências e seqüências - conhecimento de classificações e categorias - conhecimento de critérios - conhecimento de metodologias c) Conhecimento de aspectos universais e abstrações em um campo - conhecimento de princípios e generalizações - conhecimento de teorias e estruturas
	2. Compreensão (Entender o material estudado sem necessariamente relacioná-lo com outro material) a) Tradução b) Interpretação c) Extrapolação
	3. Aplicação (usar apropriadamente generalizações e abstrações em situações concretas)
Nível Intermediário	4. Análise (Separação do material em suas partes constituintes) a) Análise de elementos b) Análise de relações c) Análise de princípios de organização
	5. Síntese (Combinação dos elementos em uma nova estrutura) a) Produção de uma comunicação única b) Produção de um plano ou conjunto de operações c) Elaboração de um conjunto de relações abstratas
	6. Avaliação (Julgamento de valor do material à luz e um propósito específico)
Nível Superior	a) Julgamento em termos de evidência interna b) Julgamento em termos de critérios externos